CNPJ/MF 02.474.103/0001-19 – NIRE 4230002438-4
Companhia Aberta - Registro CVM n.º 1732-9

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TRACTEBEL ENERGIA S.A.

Aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro do ano dois mil e treze, às 11 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Bairro Agronômica, na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, reuniram-se os acionistas da Tractebel Energia S.A., representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas", a fim de deliberarem sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia. Na abertura dos trabalhos, o Sr. Maurício Stolle Bähr, Presidente do Conselho de Administração, a quem cabe, na forma do art. 12 do Estatuto Social, dirigir os trabalhos, propôs e foi aceito, para Secretário, o Sr. Osmar Osmarino Bento. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Mesa agradeceu a presença dos Acionistas e do Sr. Manoel Arlindo Zaroni Torres, Diretor Presidente e Acionista da Companhia, do Sr. Carlos Guerreiro Pinto, membro do Conselho Fiscal da Companhia, e do Sr. Darci Zawaiscki, representante da UHY Moreira Auditores. Em seguida, informou que a presente ata será lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei 6.404/76, e que a presente Assembleia foi regularmente convocada por edital publicado nos dias 04, 05 e 06 de fevereiro de 2013, no jornal Diário Catarinense nas páginas 29, 32 e 29, respectivamente, e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nas páginas 59, 35 e 32, respectivamente, e posto à disposição dos acionistas nas páginas da Internet da Companhia, da CVM e da BM&FBOVESPA, que a seguir se transcreve, dispensada a sua leitura: *"**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - Na forma das disposições legais e estatutárias, ficam convocados os acionistas da **TRACTEBEL ENERGIA S.A.** ("Tractebel" ou "Companhia") para a Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 20 de fevereiro de 2013, com início às 11 horas, na sede da Companhia, situada na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Bairro Agronômica, CEP 88025-255, na cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, com a seguinte Ordem do Dia: **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**: 1. Deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Cisão Total, ("Protocolo"), firmado em 28 de dezembro de 2012, entre os administradores da Machadinho Energética S.A., ("MAESA") e de suas acionistas, contendo os termos e condições relativos à cisão total e extinção da MAESA, na qual a Companhia tem participação de 2,8227%, ("Operação"); 2. Deliberar sobre a ratificação da escolha da empresa UHY Moreira – Auditores para elaborar laudo de avaliação do patrimônio da sociedade cindida MAESA; 3. Examinar, discutir e deliberar sobre o Laudo de Avaliação do patrimônio da sociedade cindida MAESA; 4. Deliberar sobre a incorporação, pela Companhia, da parcela do patrimônio cindido correspondente à participação da Companhia no capital social da MAESA, sem aumento do capital social da Companhia, nem alteração de seu Estatuto Social; 5. Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas; 6. Alterar o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia para que o Conselho Fiscal passe a ter funcionamento permanente e atribuir outras competências ao Conselho Fiscal, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações; e 7. Se aprovada a matéria anterior, consolidar o Estatuto Social da Companhia. Com relação à matéria constante do item 3, caso os acionistas entendam necessário, os trabalhos poderão ser suspensos para exame da versão definitiva do Laudo de Avaliação. Em atendimento ao disposto na Lei n.º 6.404/1976*

*("LS/A") e na Instrução CVM n.º 481/2009, informamos que se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nas páginas na Internet da Companhia (www.tractebelenergia.com.br), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), cópias dos seguintes documentos: (i) Protocolo e Justificação de Cisão Total da MAESA; (ii) Anexo 21 da Instrução CVM nº 481/2009, com as informações sobre a UHY Moreira - Auditores; (iii) Laudo de Avaliação da MAESA, elaborado pela UHY Moreira - Auditores; (iv) Parecer do Conselho Fiscal da Companhia sobre a Operação; e (v) cópia do estatuto contendo, em destaque, a alteração proposta. Os acionistas, nos termos da legislação aplicável e do artigo 13 do Estatuto Social, deverão comprovar a condição de acionistas até o prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização da Assembleia ora convocada, mediante depósito dos documentos comprobatórios de titularidade de ações da Tractebel, a serem entregues na sede da Companhia, em horário comercial, aos cuidados da U.O. Assuntos Jurídicos. Para participação na Assembleia, além do comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: - **Acionistas Pessoas Físicas**: documento oficial de identificação com foto. - **Acionistas Pessoas Jurídicas**: i) cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado ou de suas alterações e da ata de eleição dos diretores, caso esses não constem do contrato social; e ii) original ou cópia autenticada de documento oficial de identificação, com foto, do(s) representante(s) legal(is). - **Fundos de Investimento**: i) original ou cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo ou suas alterações, do estatuto ou contrato social consolidado ou suas alterações do seu administrador e da ata de eleição dos diretores do administrador do fundo, caso esses não constem do contrato social; e ii) original ou cópia autenticada de documento oficial de identificação, com foto, do(s) representante(s) legal(is). Caso o acionista se faça representar por procurador, além dos atos societários listados acima dos acionistas pessoas jurídicas e dos fundos de investimentos, deverá ser apresentado o documento oficial de identificação do procurador e procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art.126 da LS/A, por instrumento público ou particular, no último caso com a firma do outorgante reconhecida em cartório, sendo dispensada a apresentação do documento de identificação de quem assinou a procuração. Florianópolis (SC), 04 de fevereiro de 2013. Maurício Stolle Bähr - Presidente do Conselho de Administração".* **Deliberações**: Dando prosseguimento à reunião, o Presidente colocou em discussão o primeiro item da Ordem do Dia da presente Assembleia: 1. Deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Cisão Total, ("Protocolo"), firmado em 28 de dezembro de 2012, entre os administradores da Machadinho Energética S.A., ("MAESA") e de suas acionistas, contendo os termos e condições relativos à cisão total e extinção da MAESA, na qual a Companhia tem participação de 2,8227%, ("Operação"). Após os esclarecimentos sobre a operação, o Protocolo contendo a Justificação e demais termos e condições relativos à cisão total de MAESA, NIRE 42300024830, CNPJ n.º 03.076.274/0001-52, na qual a Companhia tem participação de 2,8227%, conforme documento anexo a esta ata, foi aprovado, por unanimidade, ante os votos apresentados pelos acionistas representados pelo advogado Paulo Roberto Bellentani Brandão, que ficam arquivados na Companhia, e os declarados pelos demais acionistas presentes. Dando prosseguimento, o Sr. Presidente informou que se passaria ao segundo item da Ordem do Dia: 2. Deliberar sobre a ratificação da escolha da empresa UHY Moreira – Auditores para elaborar laudo de avaliação do patrimônio da sociedade cindida MAESA. Foi ratificada, por unanimidade, ante os votos apresentados pelos acionistas representados pelo advogado Paulo Roberto Bellentani Brandão, que ficam arquivados na Companhia, e os declarados pelos demais acionistas presentes, a escolha e contratação, pela MAESA, da empresa UHY Moreira

Auditores para elaborar o laudo de avaliação do patrimônio da sociedade cindida. Dando continuidade, passou-se ao terceiro item da Ordem do Dia: 3. Examinar, discutir e deliberar sobre o Laudo de Avaliação do patrimônio da sociedade cindida MAESA. Inicialmente, o Sr. Presidente informou que se encontra presente o Sr. Darci Zawaiscki, representante da UHY Moreira Auditores, para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários. Após análise do laudo, a matéria foi colocada em votação, tendo os acionistas aprovado, por unanimidade, ante os votos apresentados pelos acionistas representados pelo advogado Paulo Roberto Bellentani Brandão, que ficam arquivados na Companhia, e os declarados pelos demais acionistas presentes, o Laudo de Avaliação, na sua versão final, conforme documento anexo a esta ata, elaborado pela empresa UHY Moreira Auditores, contendo a avaliação do patrimônio da MAESA pelo critério contábil, observadas as disposições pertinentes da Lei das Sociedades por Ações. Prosseguindo os trabalhos, o Sr. Presidente colocou em votação o quarto item da Ordem do Dia: 4. Deliberar sobre a incorporação, pela Companhia, da parcela do patrimônio cindido correspondente à participação da Companhia no capital social da MAESA, sem aumento do capital social da Companhia, nem alteração de seu Estatuto Social, esclarecendo, inicialmente, que a matéria foi aprovada, por unanimidade, pelo Conselho de Administração da Companhia na 120ª RCA, de 04.12.2012, e que todos os documentos e informações relativos à Operação foram postos à disposição dos acionistas e ao mercado nas páginas da Internet da Companhia, da CVM e da BM&FBovespa. Colocada a matéria em votação, os acionistas aprovaram, por unanimidade, ante os votos apresentados pelos acionistas representados pelo advogado Paulo Roberto Bellentani Brandão, que ficam arquivados na Companhia, e os declarados pelos demais acionistas presentes, a incorporação, pela Companhia, nos exatos termos do Protocolo, da parcela de 2,8227% dos elementos patrimoniais ativos e passivos de MAESA, sem qualquer aumento no capital da Companhia, nem alteração do seu estatuto social, em substituição às ações de titularidade da Companhia no capital social de MAESA, a qual será extinta após a Operação ser aprovada pela totalidade de suas acionistas. 5. Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas. Em decorrência das aprovações acima, fica autorizada, por unanimidade, ante os votos apresentados pelos acionistas representados pelo advogado Paulo Roberto Bellentani Brandão, que ficam arquivados na Companhia, e os declarados pelos demais acionistas presentes, a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas. 6. Alterar o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia para que o Conselho Fiscal passe a ter funcionamento permanente e atribuir outras competências ao Conselho Fiscal, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações. Inicialmente o Sr. Presidenete esclareceu que a proposta visa a implamentação de melhores práticas de governança corporativa. Colocada a matéria em votação, os acionistas aprovaram, por unanimidade, ante os votos apresentados pelos acionistas representados pelo advogado Paulo Roberto Bellentani Brandão, que ficam arquivados na Companhia, e os declarados pelos demais acionistas presentes, passando o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia a viger com a seguinte redação: *"**Art. 29** - O conselho fiscal terá funcionamento permanente, eleito pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, na forma da lei, sendo constituído de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Caberá à assembleia geral, que eleger o conselho fiscal, fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal. **§ 1º** - Além das competências previstas na lei, o conselho fiscal terá as seguintes atribuições: **I** – avaliar os sistemas de gestão de risco e de controles internos; e **II** – opinar sobre quaisquer propostas a serem submetidas ao Conselho de Administração de*

contratação de serviços adicionais a serem contratados com a empresa prestadora de serviço de auditoria das demonstrações financeiras. ***§ 2º*** *- A posse dos membros do conselho fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.*". 7. Se aprovada a matéria anterior, consolidar o Estatuto Social da Companhia. Em razão da deliberação acima, foi aprovada, por unanimidade, ante os votos apresentados pelos acionistas representados pelo advogado Paulo Roberto Bellentani Brandão, que ficam arquivados na Companhia, e os declarados pelos demais acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa ter a seguinte redação: "**CAPÍTULO I - Da Denominação, Organização, Sede, Duração e Objeto - Art. 1.º - A TRACTEBEL ENERGIA S.A.** é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto, pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais Leis e Regulamentos que lhe forem aplicáveis. **§ 1º** – Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado"). **§ 2º** - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto. **§ 3º** - Os termos e definições com letras iniciais maiúsculas presentes neste Estatuto, quando não definidas neste próprio Estatuto, terão o significado disposto no item 2.1 do Regulamento do Novo Mercado. **Art. 2.º** - A Companhia tem sede e foro na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Agronômica, CEP 88025-255, podendo criar sucursais, filiais, agências e escritórios no País e no exterior. **Art. 3.º** - A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Art. 4.º** - A Companhia tem por objeto social: **I** - realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; **II** - participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatório para fins múltiplos; **III** - contribuir para a formação de pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica, bem como para a preparação de operários qualificados, através de cursos especializados; **IV** - participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados; **V** - participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico e empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica; **VI** - colaborar para a preservação do meio ambiente no exercício de suas atividades; **VII** - colaborar com os programas relacionados com a promoção e incentivo à indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade; e **VIII** - participar, como sócio, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia. - **CAPÍTULO II - Do Capital e das Ações - Art. 5º** - O capital social da Companhia é de R$ 2.445.766.091,90 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil, noventa e um reais e noventa centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 652.742.192 (seiscentos e cinquenta e dois milhões, setecentas e quarenta e duas mil, cento e noventa e duas) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§ 1º** - As ações de emissão da Companhia poderão ser mantidas em contas de depósito em nome dos respectivos titulares, sob o regime escritural, sem emissão de certificados, em instituição financeira designada pelo conselho de

administração. **§ 2º** - Sempre que houver transferência de propriedade de ações, a instituição financeira depositária poderá cobrar, do acionista alienante, o custo concernente ao serviço de tal transferência, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **§ 3º** - É vedado à Companhia emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. **Art. 6.º** - A Companhia poderá emitir debêntures simples ou conversíveis em ações. **Art. 7.º** - Os aumentos de capital da Companhia serão realizados mediante subscrição pública ou particular de ações, por conversão de debêntures ou incorporação de reservas, capitalizando-se os recursos através das modalidades admitidas em lei, e a integralização das ações obedecerá às normas e condições estabelecidas pelo seu conselho de administração. **Parágrafo único** - O acionista que não fizer o pagamento de acordo com as normas e condições a que se refere o presente artigo, ficará, de pleno direito, constituído em mora, aplicando-se atualização monetária, juros de 12% (doze por cento) ao ano e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação vencida. **Art. 8º** - A Companhia está autorizada a, por deliberação do conselho de administração, independentemente de reforma estatutária, aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais). **§ 1.º** - Além das outras condições referentes à emissão de novas ações, caberá ao conselho de administração determinar o preço de emissão e o prazo de integralização das ações subscritas. **§ 2º** - O conselho de administração poderá aprovar a emissão de novas ações sem direito de preferência para os antigos acionistas se a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle. **Art. 9.º** - A Companhia poderá emitir títulos unitários ou múltiplos de ações. Os grupamentos ou desdobramentos serão feitos a pedido do acionista correndo por sua conta as despesas com a substituição dos títulos. **Parágrafo único** - Os serviços de conversão, transferência e desdobramento de ações poderão ser transitoriamente suspensos, observadas as normas e limitações estabelecidas na legislação em vigor. - **CAPÍTULO III - Das Assembleias Gerais - Art. 10** - A assembleia geral ordinária realizar-se-á dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, para: **I** - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **II** - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e **III** - eleger os membros do conselho fiscal e, quando for o caso, os membros do conselho de administração. **Art. 11** - A assembleia geral reunir-se-á extraordinariamente, sempre que necessário, observadas, em sua convocação, instalação e deliberações, as prescrições legais e estatutárias pertinentes. **Art. 12** - A mesa que dirigirá os trabalhos da assembleia geral será constituída pelo presidente do conselho de administração ou, na sua ausência ou impedimento, por quem a assembleia escolher, e por um secretário, escolhido dentre os presentes. **Art. 13** - O edital de convocação poderá condicionar a presença do acionista na assembleia geral ao cumprimento dos requisitos previstos em lei, devendo, para tanto, apresentar documento que comprove sua qualidade de acionista, podendo o depósito de tais documentos ser exigido com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para a realização da assembleia. **Parágrafo único** - Além das matérias que são de sua competência previstas em lei e no presente Estatuto, competirá também à assembleia geral extraordinária aprovar: **I** - a saída do Novo Mercado; **II** - a escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para fins das ofertas públicas previstas nos capítulos XI e XII deste Estatuto, dentre as empresas apontadas pelo conselho de administração; e **III** – planos para outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência dos acionistas. -

CAPÍTULO IV - Da Administração - Art. 14 - A Companhia será administrada por um conselho de administração e uma diretoria executiva. **Art. 15 -** A assembleia geral fixará a remuneração dos administradores. Se a remuneração for estabelecida de forma global, o conselho de administração deverá deliberar sobre o seu rateio entre os seus membros e os diretores. - **CAPÍTULO V - Do Conselho de Administração - Art. 16 -** O conselho de administração é composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros efetivos e igual número de suplentes, sendo, dentre os titulares, um o presidente do conselho e outro o vice-presidente, escolhidos pelos acionistas, na forma da lei, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **§ 1º -** Um dos membros do conselho de administração, e seu respectivo suplente, serão eleitos pelos empregados em votação direta organizada pela Companhia, devendo os nomes serem homologados pelos acionistas em assembleia geral. **§ 2º -** Em ocorrendo a vacância no conselho de administração, o substituto será o respectivo conselheiro suplente. Em ocorrendo a vacância do conselheiro titular e de seu suplente, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a próxima assembleia geral. No caso de ocorrer vacância na maioria dos cargos, a assembleia geral será convocada para proceder à nova eleição. **§ 3º** - A posse dos membros do conselho de administração estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **§ 4º** - Dos membros do conselho de administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da assembleia geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei 6.404/76. **§ 5º** - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **§ 6º** - Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Art. 17 -** O conselho de administração reunir-se-á, de ordinário, trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia exigir, mediante convocação na forma deste Estatuto. **Art. 18 -** As reuniões do conselho de administração serão convocadas pelo seu presidente ou por membros que representem, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus membros, ficando dispensada a convocação na hipótese de comparecerem todos os membros. O conselho de administração deliberará por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. **Art. 19 -** O conselho de administração terá as seguintes atribuições: **I -** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; **II -** eleger e destituir os diretores e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto; **III -** fiscalizar a gestão dos diretores; **IV -** estabelecer limites e alçadas para a representação da Companhia por procuradores; **V -** convocar a assembleia geral; **VI -** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; **VII -** aprovar o valor global do orçamento anual da Companhia; **VIII -** aprovar a celebração de contratos e a assunção de obrigações, e seus aditivos, de valor superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), observado o disposto no parágrafo único deste artigo; **IX –** propor à assembleia geral a emissão de debêntures cujas condições não se enquadrem no âmbito de sua competência originária; **X -** deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias, até o limite do capital autorizado deduzido do capital já subscrito e, se for o caso, das anteriores emissões de debêntures conversíveis em ações deliberadas pelo Conselho de Administração, e sobre as condições que, na forma da lei, lhe

forem delegadas pela assembleia geral e sobre a oportunidade da emissão; **XI -** aprovar a concessão de garantia ou aval a terceiros, excetuadas as oferecidas pela Companhia às suas empresas controladas, de competência da diretoria executiva, observados os limites estabelecidos no inciso VIII e no parágrafo único deste artigo; **XII -** aprovar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia de valor superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); **XIII -** deliberar sobre a aquisição e a alienação de ações de emissão da Companhia, fixando-lhes preço e condições; **XIV -** deliberar sobre a emissão de novas ações, o preço de emissão e as demais condições de tais emissões, observado o que dispuser este Estatuto; **XV -** declarar, nos casos previstos neste Estatuto, dividendos intercalares à conta de lucro apurado em balanço semestral ou, em períodos menores, dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros, bem como o crédito ou pagamento de juros sobre o capital próprio; **XVI -** deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais (*commercial papers*), bem como a emissão de bônus de subscrição; **XVII** – definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado; **XVIII** – manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o conselho de administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; **XIX -** escolher e destituir os auditores independentes e aprovar qualquer outro contrato a ser firmado com a empresa prestadora de serviço de auditoria independente; **XX -** aprovar o regulamento interno da Companhia; e **XXI -** deliberar sobre os casos omissos no Estatuto. **Parágrafo único** – Aos contratos referentes à comercialização de energia elétrica, aquisição de combustíveis para a produção de energia elétrica e aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão e de Distribuição (CUST e CUSD), não se aplica o limite estabelecido no inciso VIII deste artigo, devendo a contratação de tais atividades observar os limites de aprovação a seguir definidos, com posterior comunicação ao conselho de administração: **I** – para contratos de compra e venda de energia elétrica: **a)** até 20MWmédios por mês, limitado a 1.000GWh na duração total do contrato, aprovação por dois diretores da Tractebel Energia; **b)** acima de 20MWmédios por mês e até 150MWmédios por mês, limitado a 7.500GWh na duração total do contrato, aprovação pelo diretor presidente em conjunto com outro diretor da Tractebel Energia; e **c)** acima de 150MW médios por mês ou acima de 7.500GWh na duração total do contrato, aprovação pelo conselho de administração; **II** – para contratos de exportação de energia, CUST e CUSD, e atos subsequentes, aprovação pelo diretor presidente em conjunto com outro diretor da Tractebel Energia; e **III** – para aquisição de carvão mineral, CE-4500, até 100.000 toneladas por mês, ou valor financeiro equivalente para aquisição de outros tipos de combustíveis, aprovação pelo diretor presidente em conjunto com outro diretor da Tractebel Energia. Para as aquisições cujos valores financeiros excederem o valor fixado neste inciso, a aprovação será do conselho de administração. **Art. 20 -** Nas suas ausências ou impedimentos, o presidente do conselho será substituído pelo seu suplente e, na ausência

deste, pelo vice-presidente. - **CAPÍTULO VI - Da Diretoria Executiva - Art. 21 -** A diretoria executiva da Companhia será composta de 7 (sete) membros eleitos pelo conselho de administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **§ 1º –** As atribuições e poderes dos membros da diretoria executiva serão fixados pelo conselho de administração, o qual deverá, obrigatoriamente, designar um diretor presidente e um diretor de relações com investidores. **§ 2º -** A posse dos membros da diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Art. 22 -** A diretoria reunir-se-á, de ordinário, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia o exigir, mediante convocação na forma deste Estatuto. **Art. 23 -** As reuniões da diretoria executiva serão convocadas pelo diretor presidente ou por 2 (dois) diretores, ficando dispensada a convocação na hipótese de comparecerem todos os seus membros. A diretoria executiva deliberará por maioria de votos, cabendo ao diretor presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. **Art. 24** - Compete à diretoria executiva a direção geral e a representação da Companhia, observado este Estatuto e as diretrizes e atribuições fixadas pelo conselho de administração. **§ 1º -** No exercício de suas atribuições, cabe à diretoria executiva: **I -** elaborar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, quando for o caso; **II -** elaborar o regulamento interno da Companhia e submetê-lo à aprovação do conselho de administração; **III -** elaborar o orçamento anual da Companhia; e **IV -** aprovar qualquer revisão do orçamento anual aprovado, observado o valor global aprovado pelo conselho de administração. **§ 2º –** Ao diretor-presidente compete, privativamente: **I –** Presidir as reuniões da diretoria; **II –** coordenar e orientar as atividades de todos os demais diretores, nas suas respectivas áreas de competência; **III –** atribuir, a qualquer dos diretores, atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhes couber ordinariamente; e **IV –** zelar pela execução das deliberações do conselho de administração e da diretoria. **Art. 25 -** No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer diretor, a diretoria indicará um diretor para acumular as suas funções. **Art. 26 -** No caso de vacância, a diretoria designará um diretor para acumular as funções do cargo vago, até a realização da primeira reunião do conselho de administração, quando será preenchido o cargo, pelo prazo que restava ao diretor substituído. **Art. 27 -** A Companhia ficará obrigada pela assinatura conjunta de dois diretores, observado, no entanto, o disposto nos §§ seguintes. **§ 1.º -** Os diretores poderão nomear procuradores para representarem a Companhia, agindo sempre em conjunto com um diretor ou outro procurador com bastantes poderes ou, ainda, agindo isoladamente. **§ 2.º -** As procurações da Companhia deverão ser outorgadas por 2 (dois) diretores e deverão especificar os poderes outorgados e o prazo de duração do mandato, ressalvadas as procurações para representação da Companhia em processos administrativos e judiciais, que poderão ter prazo indeterminado. - **CAPÍTULO VII - Do Comitê Estratégico - Art. 28 -** A Companhia poderá ter um comitê estratégico, que será um órgão consultivo da administração, com funções de opinar e aconselhar o conselho de administração e a diretoria nos assuntos que lhe sejam submetidos. O comitê estratégico será composto de até 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no país ou não, podendo ser administradores, eleitos pelo conselho de administração, que fixará a remuneração de seus membros, e seu funcionamento será regido pelo regulamento interno da Companhia. - **CAPÍTULO VIII - Do Conselho Fiscal - Art. 29 -** O conselho fiscal terá funcionamento permanente, eleito pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, na forma da lei, sendo constituído de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Caberá à assembleia geral, que eleger o

conselho fiscal, fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal. **§ 1º -** Além das competências previstas na lei, o conselho fiscal terá as seguintes atribuições: **I –** avaliar os sistemas de gestão de risco e de controles internos; e **II –** opinar sobre quaisquer propostas a serem submetidas ao Conselho de Administração de contratação de serviços adicionais a serem contratados com a empresa prestadora de serviço de auditoria das demonstrações financeiras. **§ 2º -** A posse dos membros do conselho fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. - **CAPÍTULO IX - Do Exercício Social e Demonstrações Financeiras - Art. 30** - O exercício social encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, o Regulamento de Listagem do Novo Mercado e as disposições legais aplicáveis. **§ 1º** - Em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da assembleia geral. **§ 2º -** A Companhia levantará balanço semestral podendo, o conselho de administração, declarar dividendos intercalares com base no mesmo. **§ 3º -** A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos intercalares em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o §1.º do artigo 182 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **§ 4º -** O conselho de administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **§ 5º** - A Companhia, mediante deliberação do conselho de administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros remuneratórios sobre o capital próprio, observando, para tanto, a legislação aplicável. As importâncias pagas ou creditadas pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputadas, nos termos da legislação aplicável, ao valor dos dividendos obrigatórios. **Art. 31 -** Prescreve em 3 (três) anos a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados oportunamente, reverterão em benefício da Companhia. - **CAPÍTULO X - Da Alienação de Controle - Art. 32** – A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante. **Parágrafo único** – A oferta pública de que trata este artigo será exigida ainda: **I** - quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou **II** - em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor. **Art. 33** – Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: **I** - efetivar a oferta pública referida no Artigo 32 acima; e **II** - pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos

pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos. **Art. 34** – A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo único** - Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado. - **CAPITULO XI - Do Cancelamento de Registro de Companhia Aberta - Art. 35 -** O cancelamento do registro de companhia aberta deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, sendo que o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 37 e seus parágrafos, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Parágrafo único** - Obedecidos os demais termos do Regulamento do Novo Mercado, deste Estatuto e da legislação vigente, a oferta pública para cancelamento de registro poderá prever, além do pagamento em dinheiro, também alternativa de permuta por valores mobiliários de outras companhias abertas, a ser aceita a critério do ofertado. **Art. 36** – Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento de registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública. **§ 1º** - A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação a que se refere o Artigo 37 e seus parágrafos não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante nos termos do caput deste artigo. **§ 2º** - Caso o valor das ações determinado no laudo de avaliação seja superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor apurado no laudo de avaliação, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado. **Art. 37** – O laudo de avaliação deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou do(s) acionistas controladores, além de satisfazer os requisitos do § 1° do Artigo 8° da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo artigo. **§ 1º** – A escolha da instituição ou empresa especializada é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo conselho de administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos das ações em circulação presentes na assembleia que, se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação. **§ 2º** – Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados pelo ofertante. - **CAPÍTULO XII - Da Saída do Novo Mercado - Art. 38 -** Caso os acionistas da Companhia reunidos em assembleia geral deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização societária não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações

pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 37 e seus parágrafos, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Art. 39** – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima. **§ 1º** – A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. **§ 2º** – Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta. **Art. 40** – A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 37 e seus parágrafos deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **§ 1º** - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo. **§ 2º** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput. **§ 3º** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado. **§ 4º** - Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. - **CAPÍTULO XIII - Do Juízo Arbitral - Art. 41** – A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do conselho fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado. - **CAPÍTULO XIV - Das Disposições Gerais - Art. 42 -** A participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração, poderá ser paga aos empregados, após

manifestação da assembleia geral ordinária, em consonância com a legislação pertinente.”. **Encerramento**: Colocada a palavra à disposição dos acionistas presentes, como ninguém quisesse dela fazer uso, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos da presente Assembleia Geral Extraordinária, solicitando que fosse lavrada a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelo Sr. Presidente e pelos acionistas presentes, representando mais de 2/3 (dois terços) do capital votante da Companhia, e por mim, Secretário, dela extraindo-se as cópias necessárias, destinadas aos fins legais. Florianópolis, 20 de fevereiro de 2013.

Mesa:

_____	_____
Maurício Stolle Bähr	Osmar Osmarino Bento
Presidente da Mesa e Acionista	Secretário

Acionistas:

GDF SUEZ ENERGY LATIN AMERICA PARTICIPAÇÕES LTDA

MANOEL ARLINDO ZARONI TORRES

BANCO CLÁSSICO S.A.

LUIZ ANTONIO BARBOSA

Fundos representados pelo CITIBANK N.A., esse representado pelo Escritório Mesquita Pereira, Marcelino, Almeida, Esteves Advogados, na pessoa do advogado Paulo Roberto Bellentani Brandão:

ABU DHABI RETIREMENT PENSIONS AND BENEFITS FUND;
ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY II FUND, LLC;
ADVANCED SERIES T - AST ACADEMIC ST ASSET ALL PORTFOLIO;
ADVANCED ST – AST PARAMETRIC EM MK EQUITY PORTFOLIO;
ALASKA PERMANENT FUND;

(As assinaturas continuam na próxima página)

AMERICAN LEGACY FOUNDATION;
AON GROUP TRUST;

ASCENSION HEALTH MASTER PENSION TRUST;
AT&T UNION WELFARE BENEFIT TRUST;
AXA WORLD FUNDS;
BAILLIE GIFFORD EMERGING MARKETS GROWTH FUND;
BELLSOUTH CORPORATION RFA VEBA TRUST;
BEST INVESTIMENT CORPORATION;
BRITISH AIRWAYS PENSION TRUSTEES LIMITED – MAIN A/C;
BRITISH AIRWAYS PENSION TRUSTEES LTD. (MPF A/C);
CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC;
CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD;
CATHOLIC HEALTH INITIATIVES;
CF DV EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND;
CHIMCO ALPHA FUND, LLC;
CITY OF NEW YORK GROUP TRUST;
CN CANADIAN MASTER TRUST FUND;
COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND;
COLONIAL FIRST STATE GL ASSET MANAGEMENT EQ TRUST 3;
COMMONWEALTH OF PENNSYLVANIA P SCHOOL EMP RET SYST;
COMMONWEALTH SUPERANNUATION CORPORATION;
COUNTY EMP ANNUITY AND BENEFIT F OF THE COOK COUNTRY;
DBX MSCI BRAZIL CURRENCY-HEDGED EQUITY FUND;
DREYFUS INT FUNDS, INC. – DREYFUS BRAZIL EQUITY FUND;
EATON VANCE COLL INV T FOR EMP B PL - EM MK EQ F;
EATON VANCE PARAMETRIC STRUCTURED EM MARKETS FUND;
EATON VANCE PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MK FUND;
EMERGING MARKETS EQUITY TRUST 1;
EMERGING MARKETS EQUITY TRUST 3;
EMERGING MARKETS EQUITY TRUST 4;
EMERGING MK PLUS S OF BLACKROCK QUANTITATIVE PART, L.P.;
ENHANCED EM MK S OF BLACKROCK QUANTITATIVE PART, L.P.;
ESSEX COUNTRY COUNCIL;
EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMERICA BOARD OF PEN;
FIDELITY EMERGING MARKETS FUND;
FIDELITY INV TRUST: FIDELITY TOTAL INTERNATIONAL EQ FUND;
FIDELITY INV TRUST: LATIN AMERICA FUND;
FIDELITY LATIN AMERICA FUND;
FIDELITY RUT SQ T II: STRATEGIC ADV INT MULTI-MANAGER F;
FIDELITY RUT SQ T II: STRATEGIC ADVISERS INTERNATONAL F;

(As assinaturas continuam na próxima página)

FIDELITY SALEM STREET TRUST: FID SERIES GL EX U.S. I FUND;
FIDELITY SELEM STREET TRUST: SPARTAN EM MK INDEX FUND;

FIDELITY SELEM STREET TRUST: SPARTAN GL EX U.S. I FUND;
FIRE & POLICE EMP RETIREMENT SYSTEM, CITY OF BALTIMORE;
FIREMEN S ANNUITY AND BEN. FD OF CHIGACO;
FIRST INITIATIVES INSURANCE, LTD;
FIRST STATE INV GL EM MK LEAD F, A SUB F OF FIRST STATE INV;
FIRST STATE INVESTIMENT GROUP TRUST;
FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND;
GARD COMMON CONTRACTUAL FUND;
GENESIS EMERGING MARKETS BUSINESS TRUST;
GENESIS EMERGING MARKETS LTD PARTNERSHIP;
GMAM INVESTIMENT FUNDS TRUST;
GOLDMAN SACHS PROFIT SHARING MASTER TRUST;
HEWLETT-PACKARD COMPANY MASTER TRUST;
IBM 401(K) PLUS PLAN;
ILLINOIS STATE BOARD OF INVESTMENT;
ISHARES II PUBLIC LIMITED COMPANY;
ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY;
ISHARES PUBLIC LIMITED COMANY;
ISHARES V PUBLIC LIMITED COMPANY;
JAMES P. OSHAUGHNESSY 1982 IRREVOCABLE TRUST;
JOHN HANCOCK FUNDS II STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND;
JOHN HANCOCK VARIABLE INS T INT EQUITY INDEX TRUST B;
JOHN HANCOCK VARIABLE INSURANCE TRUST UTILITIES TRUST;
LAUDUS INTERNATIONAL MARKETMASTERS FUND;
LEGG MASON, INC;
LVIP BLACKROCK EMERGING MARKETS INDEX RPM FUND;
MAINSTAY VP MFS UTILITIES PORTFOLIO;
MARATHON OIL COMPANY RETIREMENT PLAN TRUST;
MELLON B N.A EMP BENEFIT COLL INVESTMENT FUND PLAN;
MFS DEVELOPMENT FUNDS, LLC;
MFS EMERGING MARKETS EQUITY FUND;
MFS HERITAGE T COMPANY COLLECTIVE INVESTMENT TRUST;
MFS INST T (CANADA) - MFS EMERGING MARKETS EQUITY FUND;
MFS LATIN AMERICAN EQUITY FUND;
MFS MERIDIAN FUNDS - EMERGING MARKETS EQUITY FUND;
MFS MERIDIAN FUNDS - LATIN AMERICAN EQUITY FUND;
MGI FUNDS PLC;

(As assinaturas continuam na próxima página)

MINISTRY OF STRATEGY AND FINANCE;
MUNICIPAL EMP ANNUITY AND BENEFIT FUND OF CHICAGO;
NATIONAL COUNCIL FOR SOCIAL SECURITY FUND;

NATIONAL ELEVATOR INDUSTRY PENSION PLAN;
NATIONAL PENSION SERVICE;
NATIONAL WEST B P ADO F S INV ICVC – F STATE GL E M SUST F;
NATIONAL WEST B P ADO F S INV ICVC – F STATE GL EM MK FD;
NATIONAL WEST B P ADO F STATE INV ICVC – F ST LATIM AM FUND;
NAV CANADA PENSION PLAN;
NEW YORK STATE TEACHER'S RETIREMENT SYSTEM;
NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUND;
NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC;
NORTHERN TRUST NON-UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND;
NORTHWESTERN MUTUAL S F, INC.- EM MKTS EQ PORTFOLIO;
OMERS ADMINISTRATION CORPORATION;
ONTARIO P SERVICE EMPLOYEES UNION PENSION TRUST FUND;
PANAGORA GROUP TRUST;
PARAMETRIC STRUCTURED ABSOLUTE RETURN PORTFOLIO;
PICTET - CLEAN ENERGY;
PICTET – EMERGING MARKETS INDEX;
PICTET – EMERGING MARKETS SUSTAINABLE EQUITES;
PICTET FUNDS S.A RE: PI(CH)-EMERGING MARKETS TRACKER;
PICTET GLOBAL SELEC F - GL HIGH YIELD UTILITIES EQUITY FUND;
PICTET GLOBAL SEL F - GL UTILITIES EQ CURRENCY HEDGED F;
PICTET GLOBAL SELECTION FUND - GLOBAL UTILITIES EQ FUND;
PPL SERVICES CORPORATION MASTER TRUST;
PRUDENTIAL RETIREMENT INSURANCE AND ANNUITY COMPANY;
PUBLIC EMPLOYEE RETIREMENT SYSTEM OF IDAHO;
PUBLIC EMPLOYEE RETIREMENT SYSTEM OF OHIO;
PYRAMIS EMERGING MARKETS EQUITY TRUST;
PYRAMIS GLOBAL EX U.S. INDEX FUND LP;
PYRAMIS GR T FOR EMP BEN PL: PYRAMIS EM MK COMM POOL;
RAILWAYS PENSION TRUSTEE COMPANY LIMITED;
SCHRODER GLOBAL BLEND FUND (CANADA);
SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF;
SOUTHERN CA ED CO NUC FAC QUAL CPUC DEC M T F S ONOFRE AND PALO VERDE NUC GEN STATION;
SSGA MSCI BR INDEX NON-LENDING QP COMMON TRUST FUND;
ST. JAMES PLACE GLOBAL EQUITY UNIT TRUST;

(As assinaturas continuam na próxima página)

(Página de continuação das assinaturas da ata da 28ª AGE da Tractebel Energia S.A., realizada em 20 de fevereiro de 2013)

STATE OF CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RET SYSTEM;
STATE OF OREGON;
TCW INTERNATIONAL GROWTH FUND;
TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS;

THE BANK OF KOREA;
THE CALIFORNIA ENDOWMENT;
THE EM MK FUND, A SERIES OF THE BAILLIE GIFFORD FUNDS;
THE GENESIS EM MARKETS INVESTMENT COMPANY (SICAV);
THE GENESIS GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS;
THE GOVERNMENT OF THE PROVINCE OF ALBERTA;
THE M T B OF J, LTD. AS T F N T ALL C W EQ INV I F (T E Q I I ONLY);
THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE;
THE NORMURA T AND B CO., LTD. RE: INT. EM ST I MSCI EM NO H M;
THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAGEMENT BOARD;
THE PRESIDENT AND FELLOWS OF HARVARD COLLEGE;
THE ROCKEFELIER FOUNDATION;
THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION F – AP 7 EQ FUND;
THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO;
TIAA-CREF F - TIAA-CREF EM MARKETS EQUITY INDEX FUND;
TREASURER OF THE ST OF NORTH CAROLINA EQ INV F POOLED T;
TRUSTEES OF THE EST OF BER PAUAHI BI DBA K SCHOOLS;
UNILEVER UK PENSION FUND;
UPS GROUP TRUST;
VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND;
VANG FTSE ALL-WORLD EX-US I F, A S OF VANG INT EQ I FUNDS;
VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY;
VANGUARD T WORLD ST I F, A S OF VANG INT EQ INDEX FUNDS;
VERIZON MASTER SAVINGS TRUST;
WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD;
WELLINGTON MANAG PORT (CANADA) GL INF PORTFOLIO;
WELLINGTON MANAG PORT (CAYMAN) DIV INF HED P (FOR Q INV);
WILLIAM BLAIR COLLECTIVE INVESTMENT TRUST;
WILLIAM BLAIR EMERGING MARKETS GROWTH FUND;
WILLIAM BLAIR INSTITUTIONAL INTERNATIONAL GROWTH FUND;
WILLIAM BLAIR INT SYSTEMATIC RESEARCH FUND LLC;
WILLIAM BLAIR MUTUAL F, INC. INTERNATIONAL GROWTH FUND;
WISDOMTREE EMERGING MARKETS EQUITY INCOME FUND;
WISDOMTREE GLOBAL EQUITY INCOME FUND;
WISDOMTREE GLOBAL EX-US GROWTH FUND;

(As assinaturas continuam na próxima página)

WISDOMTREE GLOBAL EX-US UTILITIES FUND;
FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS; e
IBM DIVERSIFIED GLOBAL EQUITY FUND

Fundos representados pela J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, esta representada pelo Escritório Mesquita Pereira, Marcelino, Almeida, Esteves Advogados, na pessoa do advogado Paulo Roberto Bellentani Brandão:

AQR FUNDS – AQR EMERGING DEFENSIVE EQUITY FUND;
BRITSH COAL STAFF SUPERANNUATION SCHEME;
FIDELITY INVESTMENTS MONEY MANAGEMENT INC.;
FLEXSHARES MORNINGSTAR EM MK FACTOR TIL T INDEX FUND;
GENESIS EMERGING MARKETS FUND LIMITED;
JNL/MELLON CAPITAL MANAGEMENT EM MARKETS INDEX FUND;
JPMORGAN INVESTMENT FUNDS;
JPMORGAN FUNDS;
JPMORGAN GLOBAL EMERGING MARKETS INCOME TRUST PLC;
JPMORGAN INCOME BUILDER FUND;
MFS INTERNATIONAL NEW DISCOVERY FUND;
MFS UTILITIES FUND;
MINEWORKERS PENSIONS SCHEME;
NATIONAL WEST B PLC AS DEP OF JPM EM MK INF FUND;
NATIONAL WEST B PLC AS DEP OF JPM MULTI-ASSET INCOME F;
NORGES BANK;
PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF NEW MEXICO;
SBC MASTER PENSION TRUST;
SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND;
STATE OF NEW MEXICO STATE INVESTMENT COUNCIL;
STATE OF WYOMING;
THE HARTFORD GLOBAL ALL ASSET FUND;
THE HARTFORD GLOBAL REAL ASSET FUND;
THE M T B OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045833;
THE M T B OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045835;
THE PUBLIC EDUCATION EMP RET SYSTEM OF MISSORI;
THE PUBLIC SCHOOL RETIREMENT SYSTEM OF MISSORI;

(As assinaturas continuam na próxima página)

VANGUARD INVESTMENT SERIES, PLC; e
VANGUARD TOTAL INT STOCK I F, A S OF VANG STAR FUNDS.

Fundos representados pela HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., essa representada pelo Escritório Mesquita Pereira, Marcelino, Almeida, Esteves Advogados, na pessoa do advogado Paulo Roberto Bellentani Brandão:

COMGEST GROWTH PLC;
JPM MULTI INCOME FUND;
ROBECO CAPITAL GROWTH FUNDS;
TMA UMBRELLA FUND - GLOBAL EQUITY PORTFOLIO; e
TMA UMBRELLA FUND - TMA ACWI EX - JAPAN PORTFOLIO.

Fundo representado pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, esse representado pelo Escritório Mesquita Pereira, Marcelino, Almeida, Esteves Advogados, na pessoa do advogado Paulo Roberto Bellentani Brandão:

UNI-GLOBAL MINIMUM VARIANCE EMERGING MARKETS.

Fundo representado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., esse representado pelo Escritório Mesquita Pereira, Marcelino, Almeida, Esteves Advogados, na pessoa do advogado Paulo Roberto Bellentani Brandão:

TOBAM ANTI-BENCHMARK EMERGING MARKETS EQUITY FUND.

Outras Presenças:

CARLOS GUERREIRO PINTO
Membro do Conselho Fiscal

DARCI ZAWAISCKI
Representante da UHY Moreira Auditores